



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006892-97.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **OMNI S/A - Crédito, Financiamento e Investimento**
 Requerido: **Humberto Batista da Silva**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

OMNI S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO propõe ação de busca e apreensão contra **HUMBERTO BATISTA DA SILVA**. Alega, em resumo, que celebrou com o requerido "contrato de mútuo com alienação fiduciária nº 101919001540114", oferecendo-se em garantia o veículo Celta Spirit, placas DYJ 0385, Chassi nº 9BGRX48907G276334. Nesse contexto, narra que cabia ao requerido o pagamento de R\$ 12.801,68 em 48 parcelas mensais e consecutivas. Todavia, o requerido não efetuou os devidos pagamentos, mesmo sendo constituído em mora, razão pela a autora requer a busca e apreensão do veículo.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 03/29.

Foi deferida a liminar (fl. 30).

O requerido, devidamente citado (fl. 38), deixou o prazo de defesa transcorrer em branco (fl. 40).

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito prescinde de dilação probatória ou diligências, estando apto a julgamento, consoante artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de busca e apreensão fundamentada no Decreto-lei 911/69.

Não envolvendo a lide quaisquer das hipóteses previstas no art. 345 do Código de Processo Civil, a revelia do requerido faz presumir a veracidade dos fatos alegados na inicial, i.e., que deixou de cumprir a obrigação contratual de efetuar o pagamento das prestações no vencimento, dando causa à resolução do contrato.

Além disso, os documentos acostados aos autos – notadamente o contrato de fls. 07/14 e a notificação extrajudicial de fls. 15/16 – dão suporte à pretensão da autora.

Portanto, as afirmações da autora estão comprovadas nos autos, e o réu, devidamente citado, quedou-se inerte, não havendo outro caminho do que suportar os efeitos da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

revelia.

A procedência é, pois, de rigor.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar resolvido o contrato e consolidar nas mãos da autora o domínio e a posse plena e exclusiva do veículo, cuja apreensão torno definitiva.

Cumpra-se o disposto no art. 2º do Decreto Lei nº 911/69.

Condeno o requerido ao pagamento das despesas, custas do processo e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da causa.

P.R.I.C. e ao arquivo, oportunamente.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
 (assinado digitalmente)

São Carlos, 18 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**